

Relações Viciosas

A próxima safra de deputados vai dispor de uma base informática para operar com eficiência legislativa e maior alcance político. O projeto da Câmara será concluído em março mas somente no final do ano cada parlamentar terá acesso a 280 bases de dados do Executivo, entre elas a Receita Federal, o IBGE, o Tesouro Nacional. Em poucos segundos os deputados obterão todos os dados sobre o Executivo.

Antes que a eletrônica termine a sua tarefa, porém, o eleitorado terá uma oportunidade de fazer a sua parte, também com o sentido modernizador que não pode mais esperar. Na hora de votar, o cidadão terá que repensar o voto. Não basta recusar o seu voto a um deputado que não correspondeu: é preciso eleger outro tipo de representante político, com um novo perfil. De que adianta o acesso instantâneo aos gastos do Executivo para um deputado ou senador comprometido pelas relações viciosas que mantém com o governo?

O Congresso se declara um Poder desarmado. Realmente, mas se defende com um *esprit de corps* que o reveste de impunidade. Também não é transparente, e uma grande parte do que faz fica sem registro por motivos óbvios. O projeto de informatização do Congresso não é garantia de uma nova postura parlamentar, nem de um novo espírito público. Mesmo porque não consta que os deputados e senadores concordem com as críticas

gerais ao comportamento deles. Sentem-se vítimas de injustiça.

No passado o Congresso era também criticado, mas estava menos exposto porque não usufruía das vantagens que foi incorporando desde a mudança para Brasília, principalmente, no período autoritário. O regime militar deixou em ociosidade política a representação, mas não suprimiu a reserva de mordomias (viagens aéreas, tarifa postal, ligações telefônicas, apartamentos com aluguel simbólico, automóvel e combustível, tudo pago com dinheiro do contribuinte).

Antes de 1930, o Congresso se reunia por um período menor para discutir e votar o Orçamento, e, terminada a missão, deputados e senadores voltavam às suas atividades. Viviam nas suas bases eleitorais e só recebiam ajuda de custo para pagar as despesas enquanto durava o período de sessões. A produtividade parlamentar não era, comparativamente, tão baixa. Sob o autoritarismo, o Congresso aceitou a mistificação eletrônica a pretexto de melhor cumprir seus deveres democráticos depois que a ditadura se fosse. Não se percebeu qualquer melhoria até hoje.

A sofisticação eletrônica não aumenta a credibilidade do Congresso. O eleitor terá de identificar e eleger um novo tipo de representante político que não se eleja para fazer negócios, garantir a reeleição, ter influência, enriquecer ou coisas piores. Em tempo: a eleição será no dia 15 de outubro deste ano.